

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Icatu Capitalização S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e dos Relatórios dos Auditores Independentes. **Desempenho nas operações de Capitalização:** A Icatu Capitalização S.A. é a maior empresa independente do segmento no país. Com as recentes negociações, ampliou sua participação no mercado de garantia locatícia através de uma rede que reúne 27 mil pontos de venda. No último ano, a companhia atingiu R\$ 1,3 bilhão em faturamento, representando um crescimento de 6,2% em relação ao ano anterior. O resultado do período está em consonância com as métricas de desempenho projetadas internamente, demonstrando o sucesso das estratégias estabelecidas pela empresa. O resultado das operações de capitalização alcançou R\$ 152,7 milhões e foram sorteados mais de 23 mil títulos, atingindo aproximadamente o montante de R\$ 76,1 milhões de prêmios sorteados aos clientes. A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 517/2015 e suas alterações. A empresa mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de reserva da ordem de R\$ 235,3 milhões. As provisões técnicas de capitalização superaram R\$ 2,1 bilhões no último ano. Como consequência dos fatores citados acima, a Icatu Capitalização S.A. apresentou lucro líquido de R\$ 13,4 milhões em 2019. O patrimônio líquido atingiu R\$ 104,6 milhões em 31 de dezembro de 2019 e o ativo total alcançou o montante de R\$ 2,4 bilhões nesse mesmo período. Em 13/05/2019, a Companhia firmou o contrato de cessão e transferência, adquirindo integralmente a carteira de títulos de capitalização junto à Sul América Capitalização S.A. A transferência de carteira será concluída em fevereiro de 2020 e a Companhia passará a ocupar a quinta posição no ranking de faturamento de empresas de capitalização no país. O sustentável resultado da Companhia é reflexo do esforço constante na melhoria dos processos operacionais e a atenção da administração no desenvolvimento de controles e às melhores práticas de governança corporativa. A Icatu Capitalização S.A. possui uma estrutura de governança corporativa e operacional, que permite aos acionistas administrarem o negócio de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, a garantia de conformidade legal e estatutária e o direcionamento de valores, objetivos e estratégias. A Icatu Capitalização S.A. aproveita a oportunidade para agradecer à sua equipe de funcionários, parceiros e corretores pelo atingimento dos resultados, aos nossos clientes pela preferência, aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio. Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2020. A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais)

Ativo	31/12/2019	31/12/2018	Passivo	31/12/2019	31/12/2018
Circulante	1.346.387	1.646.618	Circulante	2.129.010	2.024.443
Disponível	10.230	32.361	Contas a Pagar	45.971	58.952
Caixa e Bancos	4.977	2.991	Obrigações a Pagar	33.876	47.496
Equivalente de Caixa	Nota 5 5.253	29.370	Impostos e Encargos Sociais a Recolher	4.417	6.174
Aplicações	Nota 5 1.280.468	1.538.395	Encargos Trabalhistas	5.828	4.421
Créditos das Operações de Capitalização	17.375	35.455	Impostos e Contribuições	1.844	813
Outros Créditos Operacionais	Nota 6 26.711	29.159	Outras Contas a Pagar	6	48
Títulos e Créditos a Receber	11.603	11.248	Débitos de Operações com Capitalização	Nota 10 17.828	14.719
Títulos e Créditos a Receber	25	71	Depósitos de Terceiros	Nota 11 2.294	6.902
Créditos Tributários e Previdenciários	Nota 7 a) 10.687	10.628	Provisões Técnicas - Capitalização	Nota 12 2.062.918	1.943.870
Outros Créditos	891	549	Não Circulante	181.089	169.944
Não Circulante	1.068.322	732.542	Contas a Pagar	178.169	166.719
Aplicações	Nota 5 863.879	541.661	Obrigações a Pagar	Nota 9 23.248	19.972
Títulos e Créditos a Receber	182.333	167.878	Outras Contas a Pagar - Obrigações Fiscais	Nota 14.2 154.921	146.747
Créditos Tributários e Previdenciários	Nota 7 b) 12.201	7.039	Outros Débitos - Provisões Judiciais	Nota 14.1 2.920	3.225
Depósitos Judiciais e Fiscais	Nota 14.3 170.132	160.839	Patrimônio Líquido	Nota 15 104.609	184.773
Imobilizado	54	133	Capital Social	86.484	86.484
Intangível	Nota 8 22.056	22.870	Reservas de Lucros	18.129	94.189
Total do Ativo	2.414.709	2.379.160	Ajuste de Avaliação Patrimonial	(4)	4.100
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			Total do Passivo	2.414.709	2.379.160

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais)

	Reservas de Lucros			Dividendo Adicional Proposto	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária				
Saldos em 31 de dezembro de 2017	86.484	16.699	69.192	53.516	14.768	-	240.659
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	(10.664)	-	(10.664)
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários - Coligadas e Controladas	-	-	-	-	(4)	-	(4)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	54.812	54.812
Destinação do Lucro Líquido							
Constituição de Reserva Legal	-	598	-	-	-	(598)	-
Dividendos Declarados AGO de 03/2018	-	-	-	(53.516)	-	-	(53.516)
Dividendos Intermediários AGE de 12/2018	-	-	(34.714)	-	-	-	(34.714)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	(3.986)	58.200	-	(54.214)	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	(11.800)	-	-	-	(11.800)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	86.484	17.297	18.692	58.200	4.100	-	184.773
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários - Próprios	-	-	-	-	(4.104)	-	(4.104)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	13.440	13.440
Destinação do Lucro Líquido							
Reserva Estatutária	-	-	13.440	-	-	(13.440)	-
Dividendos Declarados AGO de 01/2019	-	-	-	(58.200)	-	-	(58.200)
Dividendos Intermediários AGE de 12/2019	-	-	(31.300)	-	-	-	(31.300)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	86.484	17.297	832	-	(4)	-	104.609
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.							

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Icatu Capitalização S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Praça 22 de Abril, 36, Centro, Rio de Janeiro - RJ, está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP") a operar em todas as Unidades da Federação e que tem por objeto operar com planos de capitalização, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades. A Companhia tem como único acionista a Icatu Seguros S.A. ("Icatu Seguros") que é controlada em última instância pelo Grupo Icatu representado pela Icatu Holding S.A. e pela Nalbrapar Participações Ltda.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras ("demonstrações") foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular nº 517/15 da Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"), Resolução nº 321/15 do Conselho Nacional de Seguros Privados ("CNSP") e suas alterações posteriores e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". A Administração declara que todas as informações relevantes próprias presente nestas demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. Com o objetivo de adequar as Demonstrações dos Fluxos de Caixa, os valores referentes a Reserva de Lucros, Ajustes de Avaliação Patrimonial e Lucro Líquido do Exercício, antes alocados em "Outras Contas a Pagar" foram classificados em "Outros passivos".

	31/12/2018	Ajustes	Reclassificado	31/12/2018
Varição nas contas patrimoniais:	111.311	-	-	111.311
Outras Contas a Pagar	111.311	110.698	222.009	
Outros Passivos	-	(110.698)	(110.698)	
Total ajustado	111.311	-	-	111.311

As demonstrações foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 18 de fevereiro de 2020. **2.1. Base de Mensuração:** Os valores contidos nas demonstrações financeiras são expressos em Reais (R\$), arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma, e foram mensurados pelo custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial: • Caixa e Equivalente de Caixa. • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. • Ativos financeiros disponíveis para venda. • Instrumentos financeiros derivativos. • Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP. **2.2. Moeda Funcional e de Apresentação:** As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o Real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas demonstrações financeiras são expressas nessa mesma moeda.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas práticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. **3.1. Apuração do resultado:** As receitas dos planos de capitalização são reconhecidas contabilmente no mês de sua emissão, de acordo com os tipos de arrecadação, podendo ser em pagamentos mensais ou em pagamento único. Cada título tem um valor nominal, que é atualizado monetariamente. O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera o seguinte: A receita com títulos de capitalização de pagamento único é registrada integralmente quando da emissão dos respectivos títulos. A receita com títulos de capitalização de pagamento mensal é registrada conforme abaixo: • Primeira mensalidade quando da respectiva emissão; • Demais mensalidades quando do efetivo recebimento. As correspondentes provisões técnicas são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas. As despesas com colocação de títulos de capitalização, classificadas como "Custo de aquisição", são reconhecidas contabilmente quando incorridas. **3.2. Balanço patrimonial:** • A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base. • Os títulos e valores mobiliários a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento. • Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos. • Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados no Ativo ou Passivo Não Circulante. **3.3. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e, quando aplicável, investimentos financeiros não cotizados e consequentemente em trânsito. São considerados equivalentes de caixa operações compromissadas lastreadas em títulos públicos e os títulos públicos com conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, com vencimento em até três meses a contar da data da aquisição e que apresentam

risco insignificante de mudança de valor justo, detidos diretamente pela sociedade ou através de cotas de fundos de investimentos exclusivos e não vinculados à cobertura de provisões técnicas e mantido com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. **3.4. Instrumentos financeiros:** A Companhia efetua a avaliação de seus instrumentos financeiros, em consonância aos Pronunciamentos Técnicos CPC's 38, 39, 40 (R1) e 46, cujos critérios de classificação, mensuração e avaliação, descritos a seguir: **3.4.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e as mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. **3.4.2. Disponíveis para a venda:** Títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "mantidos até o vencimento" ou "empréstimos e recebíveis" são classificados como "disponíveis para venda" e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício, reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários e, quando realizadas ou o valor recuperável apresenta redução, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. **3.4.3. Mantidos até o vencimento:** Ativos financeiros, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a entidade tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda. **3.4.4. Empréstimos e Recebíveis:** Ativos financeiros, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data-base do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Crédito das operações de capitalização", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos" que são contabilizados pelo custo amortizado ajustados por perdas por redução ao valor recuperável. **3.5. Depósitos judiciais e fiscais:** Os depósitos judiciais, estão contabilizados na rubrica "Depósitos Judiciais e Fiscais" no ativo não circulante. Os rendimentos e atualizações monetárias sobre os depósitos judiciais e fiscais são reconhecidos no resultado, na rubrica "Resultado financeiro". Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC e para os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis pela TR + 0,5% (mensal). **3.6. Imobilizado:** Mensurado pelo seu custo histórico, deduzidos da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do bem possa ser mensurado com segurança. Dispendios com reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos. Ganhos e perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil líquido e são reconhecidos em "Ganhos e Perdas com Ativos não Correntes"; na demonstração do resultado. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear, pelas seguintes taxas: instalações, móveis, máquinas e utensílios - 10% a.a.; equipamentos e benfeitorias em imóveis de terceiros - 20% a.a.. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. **3.7. Intangível:** Os ativos intangíveis com vida útil definida são registrados inicialmente pelo custo de aquisição ou pelo valor determinado por meio de avaliação técnica. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da sua vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo. A Companhia adota o método linear na amortização de seus ativos com vida útil de 5 anos definida pela seguinte taxa de 20% a.a.. O período e o método de amortização para os ativos intangíveis são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de ajustes no período ou método de amortização, conforme o caso, e são tratadas como "mudanças de estimativas contábeis". A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na rubrica "Despesas administrativas", no resultado. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido da venda e o seu valor contábil residual e são reconhecidos na rubrica "resultado patrimonial", no momento da baixa do ativo. **3.8. Redução ao valor recuperável: 3.8.1. Ativos financeiros:** Títulos e valores mobiliários tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	31/12/2019	31/12/2018
Arrecadação com Títulos de Capitalização	1.274.498	1.199.899
Variação da Provisão para Resgate	(946.654)	(881.499)
Receitas Líquidas com Títulos de Capitalização	Nota 19 a) 327.844	318.400
Variações das Provisões Técnicas	(15.856)	(17.407)
Resultado com Sorteio	Nota 19 b) (79.089)	(81.676)
Custo de Aquisição	Nota 19 c) (93.124)	(88.030)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	Nota 19 d) 12.882	48.272
Resultado Com Operações de Capitalização	152.657	179.559
Despesas Administrativas	Nota 19 e) (195.623)	(145.034)
Despesas com Tributos	Nota 19 f) (16.522)	(17.825)
Resultado Financeiro	Nota 19 g) 92.389	95.288
Resultado Patrimonial	-	357
Resultado Operacional	32.901	112.345
Ganhos e perdas com ativos não correntes	-	(8)
Resultado Antes dos Impostos e Participações	32.901	112.337
Imposto de Renda	Nota 20 (3.598)	(20.987)
Contribuição Social	Nota 20 (7.826)	(24.903)
Participações Sobre o Lucro	Nota 20 (8.037)	(11.635)
Lucro Líquido do Exercício	13.440	54.812
Quantidade de Ações	417.994.227	417.994.227
Lucro Líquido do Exercício por Ação - R\$	0,032	0,131
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro Líquido do Exercício	13.440	54.812
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	(4.104)	(10.664)
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(6.841)	(17.772)
Efeito dos impostos	2.737	7.108
Parcela de outros resultados abrangentes de coligadas e controladas	-	(4)
Total do Resultado Abrangente	9.336	44.144
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Atividades Operacionais	13.440	54.812
Lucro líquido do exercício	13.440	54.812
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	4.122	4.100
Ganhos e perdas com ativos não correntes	-	9
Resultado de equivalência patrimonial	-	(357)
Variação das Provisões Técnicas	1.088.873	(795.459)
Variação de Impostos Sobre o Lucro	2.1832	(10.163)
Varição nas contas patrimoniais:		
Aplicações	(64.291)	(51.930)
Créditos das Operações de Capitalização	18.080	(6.547)
Créditos Tributários e Previdenciários	(59)	(4.452)
Ativo Fiscal Diferido	(5.162)	(4.986)
Depósitos Judiciais e Fiscais	(9.293)	(29.353)
Outros Ativos	(1.970)	25.745
Outras Contas a Pagar	98.738	222.009
Débitos de Operações com Capitalização	3.109	(7.846)
Depósitos de Terceiros	(4.608)	4.101
Provisões Técnicas - Capitalização	(969.825)	886.004
Outros Débitos - Provisões Judiciais	(305)	(849)
Outros Passivos	(93.604)	(110.698)
Caixa Gerado pelas Operações	99.077	174.178
Imposto sobre o lucro pagos	(20.801)	(56.053)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	78.276	118.125
Atividades de Investimento		
Recebimento pela venda:		
Investimentos	-	34.716
Imobilizado e Intangível	893	-
Pagamento pela venda:		
Investimentos	-	(34.363)
Imobilizado e Intangível	-	(2.479)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	893	(2.126)
Atividades de Financiamento		
Distribuição de Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	(101.300)	(104.716)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento	(101.300)	(104.716)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(22.131)	11.283
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	32.361	21.078
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	10.230	32.361
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. A redução ao valor recuperável dos empréstimos e recebíveis é calculada para os ramos de vida baseada em estudo técnico individualizado das faturas, que leva em consideração o histórico de perdas e os riscos de inadimplência. As perdas são reconhecidas no resultado em contrapartida de conta redutora do ativo correspondente. Se um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado do período. **3.8.2. Ativos não financeiros:** A redução ao valor recuperável de ativos não financeiros é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. A recuperabilidade dos ativos é revista, no mínimo, anualmente. **3.9. Benefícios a Empregados:** Refere-se a plano de contribuição variável sob o qual a Companhia paga contribuição fixa para uma entidade ligada, no caso a Icatu FMP - Icatu Fundo Multipatrocinado. As contribuições são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado. A Companhia adota o programa de participação nos lucros e resultados ("PLR") tendo como base a contribuição das equipes e desempenho da Companhia. A metodologia utilizada leva em consideração o Lucro Líquido antes do Imposto ("LAIR") e os medidores de eficiência do negócio estabelecidos para o exercício. Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, vale-transporte



ICATU CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ: 74.267.170/0001-73

www.icatuseguros.com.br
Praça 22 de Abril, 36 - Cep: 20021-370 - RJ
Tel: (21) 3824-3900

dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos. A Companhia não possui estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos, são compensados, quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro, lançados pela mesma autoridade tributária. **3.11. Outras provisões, ativos e passivos contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com os conceitos estabelecidos pelo "CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes". Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em Provável, Possível e Remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais. O valor das provisões é atualizado de acordo com o índice do Tribunal de Justiça de cada Estado, considerando que cada Tribunal utiliza um índice diferente. A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável. Estas Provisões, estão contabilizadas na rubrica "Provisões Judiciais"; no passivo não circulante, exceto para os questionamentos oriundos de obrigações legais, que são provisionados independente da probabilidade de perda. As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial estão contabilizadas na rubrica "Outras Contas a Pagar", no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela SELIC. Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acordado. Os valores estimados de perdas prováveis das provisões cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são imputados às causas, considerando-se sua natureza, Tribunal e Região nos quais a causa está sendo avaliada. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável. **3.12. Provisões Técnicas: Provisão Matemática para Capitalização:** A provisão representa o montante dos pagamentos efetuados pelos subscritores, deduzidos das cotas de sorteio e de carregamento, quando previstas, acrescidos mensalmente da taxa de juros e do índice de correção previstos no plano aprovado. **Provisão para Resgates:** A provisão representa os valores de resgates ainda não pagos até a data-base das Demonstrações, incluída a parcela correspondente à distribuição de bônus já devidos. **Provisão para Sorteios a Realizar:** A provisão é constituída para cobrir os sorteios que já foram custeados, mas que na data-base da constituição ainda não tenham sido realizados. **Provisão de Sorteios a Pagar:** A provisão corresponde aos valores dos prêmios de sorteios devidos e ainda não pagos atualizados monetariamente entre a data do sorteio e a data da efetiva liquidação. **Provisão para Despesas Administrativas:** A provisão é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas administrativas dos planos de capitalização. **Provisão para Distribuição de Bônus:** A provisão é constituída para a distribuição de bônus ainda não devidos, quando previsto no plano. A metodologia de cálculo é idêntica à da provisão matemática para capitalização. A parcela correspondente aos bônus já devidos compõe a provisão para resgates. **Prescrição de Títulos:** A Companhia adota, nas provisões para resgates de títulos e sorteios a pagar, a baixa dos valores prescritos atendendo as disposições previstas no Código Civil. Em regra, os títulos são prescritos em 5 anos. Porém, para casos específicos, a Companhia concedeu a prorrogação do prazo de prescrição por mais 5 anos. **3.13. Estimativas contábeis:** A preparação das demonstrações de acordo com as normas do CPC requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetem a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas de Aplicações Financeiras e Provisões judiciais incluem:

(i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco de resultar em um ajuste dentro do próximo período contábil. **3.14. Novas Normas Contábeis Ainda Não Adotadas:** Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações financeiras e não foram adotados antecipadamente: **3.14.1. IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros:** O pronunciamento visa a substituir a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 é aplicável a instrumentos financeiros, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, exceto para as entidades seguradoras que optarem por continuar a utilizar o IAS 39 até 1º de janeiro de 2022. A Companhia adotará de forma retrospectiva em 1º de janeiro de 2021, exceto se outra data for requerida ou definida pelo órgão regulador. O novo normativo está estruturado para abranger os pilares (I) classificação e mensuração de ativos financeiros; (II) redução ao valor recuperável (*impairment*) e (III) contabilização de cobertura (*hedge accounting*). **3.14.2. IFRS 16 (CPC 06 - R2) - Arrendamentos:** O Pronunciamento estabelece o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e tem sua efetividade a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia efetuou análise nos contratos ativos e não há aplicabilidade do normativo. Ressaltamos que o normativo ainda não foi referendado pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **4. GESTÃO DE RISCO:** A Estrutura de Gestão de Riscos (EGR), conforme definição dada pela Circular SUSEP nº521/2015, cujo objetivo é o de apoiar a Companhia no atingimento de seus objetivos estratégicos, atua de forma estruturada desde a avaliação até o tratamento das principais ameaças identificadas. Atualmente, a Companhia se utiliza da EGR e do sistema de controles internos adotados na Icatu Seguros, sendo que tanto os itens de Estrutura quanto de Processos são proporcionais ao contexto atual da Companhia. **4.1. Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos:** A EGR utiliza o Sistema de Controles Internos na segunda linha de defesa. A formulação e a revisão das políticas de controles internos têm por objetivo a redução dos riscos levantados e controlados pelas áreas da Companhia. **4.2. Gerenciamento, Acompanhamento e Mensuração dos Riscos:** **4.2.1. Principais Riscos Associados:** **4.2.1.1. Risco de Crédito:** Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes (emissores de créditos ou resseguradoras) de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da Política de Investimentos da Companhia. Em relação a emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento é adotada metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores. **4.2.1.1.1. Principais Riscos Associados aos Investimentos:** Em 31/12/2019, R\$ 1.503.426 / 69,94% (R\$ 1.257.936 / 59,63% em 31/12/2018), estão alocados em títulos emitidos pelo Tesouro Nacional (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA da tabela), segundo melhores práticas de mercado. O volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos federais totaliza R\$ 225.888 (R\$ 227.323 em 31/12/2018). O volume das aplicações em créditos privados detidos diretamente, estava assim distribuído, nas respectivas datas base, de acordo com a classificação de três principais organizações que prestam este tipo de serviços (agências de *rating*): Standard & Poor's (S&P), Fitch Ratings e Moody's. A Companhia considera a classificação mais conservadora atribuídas dentre as três classificadoras de riscos:

Rating	31/12/2019		31/12/2018	
	CDB	Debiture	Total	Total
AAA	-	5.396	5.396	-
AA+	-	14.148	14.148	-
AA	50.022	20.435	70.457	228.581
AA-	91.662	-	91.662	50.045
A+	88.173	13.496	101.669	73.549
A	-	3.315	3.315	30.360
A-	-	-	-	19.438
*ND	-	15.265	15.265	-
Total	229.857	72.055	301.912	401.973

*ND=Não Disponível

Quotas de fundos de investimento não exclusivos e outras aplicações totalizam R\$ 118.373 em 31/12/2019 (R\$ 222.194 em 31/12/2018). As alocações em fundos de investimentos não exclusivos que incluem títulos públicos, privados, ações e derivativos, estão sujeitos as suas respectivas Políticas de Investimentos, as quais estão associadas aos seus respectivos níveis de riscos. **4.2.1.2. Risco de Mercado:** Os riscos de mercado decorrem da possibilidade de materialização de perdas resultantes de oscilações nos preços, cotações de mercado, bem como das taxas de juros ou outros fatores de risco. O gerenciamento do risco de mercado é realizado dentro da estrutura da Icatu Seguros. O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk* - VaR, que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado horizonte de tempo e dada uma probabilidade de ocorrência. A Companhia tem como procedimento em sua política de monitoramento de riscos, a análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a volatilidade da mesma, por meio de mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados. Além do cálculo do VaR, são realizados testes de *stress* para verificar a perda potencial em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios de periodicidade mínima mensal e análises quando o

cenário de mercado é alterado, com informações sobre o VaR e nível de *stress* da carteira. A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração: (I) O VaR paramétrico: perda máxima esperada da carteira, a dado nível de confiança em horizonte de tempo determinado. O horizonte do VaR é de 1 mês, estimado utilizando dados históricos desde dezembro/2010, com nível de confiança de 95%, e metodologia EWMA (médias móveis exponencialmente ponderadas) para o cálculo da volatilidade, com *Lambda* variando conforme fator de risco. (II) DV01 (*dollar-value for one*

Fatores de Risco	31/12/2019			Exposição	31/12/2018			Exposição
	DIV-01	EWMA	VaR		DIV-01	EWMA	VaR	
Pré-fixado - DI	256.131	0,89	21.563	547.840	10.496	0,89	981.887	108.955
Taxa Referencial	25.662	0,97	1.627	195.307	42.286	0,96	2.652.692	289.161
IGPM	343	0,95	17	587	-	0,97	-	-
IPCA	933.287	0,97	42.088	833.400	699.847	0,97	32.799.230	1.008.234
Ações	-	0,96	49	582	-	0,96	38.864	399

4.2.1.3. Risco de Liquidez: Consiste na possibilidade da Companhia não responder aos seus compromissos de pagamentos em função do descasamento de prazo entre seus ativos e passivos, ou da queda do valor dos ativos em função da falta de liquidez destes no mercado. A Administração possui visibilidade diária à carteira da Companhia e discute regularmente, em suas reuniões ou extraordinariamente, quando necessário, a posição dos investimentos levando em conta a sua liquidez e expectativa de rentabilidade. Para os ativos financeiros, o risco de liquidez de curto prazo é controlado utilizando modelo próprio adaptado às características da Companhia. A necessidade de liquidez de longo prazo é monitorada por meio do gerenciamento de ativos e passivos (*ALM - Assets and Liabilities Management*) em avaliações periódicas, considerando estimativas de fluxos de recebimentos e desembolsos segundo premissas definidas internamente em Comitê de Investimentos. Em conformidade com exigências regulatórias a Companhia faz um bloqueio em ativos, aceitos pelo Conselho Monetário Nacional para cobertura das provisões técnicas e de 20% dos ativos livres líquidos do Capital Mínimo Requerido (CMR), mantendo uma situação de liquidez em relação ao capital de risco. As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros e de capitalização detidos pela Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

Ativos e passivos	31/12/2019			Total
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	
Caixa e Bancos	4.977	-	-	4.977
Equivalente de Caixa	5.253	-	-	5.253
Aplicações	556.276	30.150	1.557.921	2.144.347
Créditos das Operações de Capitalização	17.375	-	-	17.375
Títulos e Créditos a Receber	11.603	182.333	-	193.936
Total de ativos	595.484	212.483	1.557.921	2.365.888
Contas a Pagar	45.971	178.169	-	224.140
Provisões Técnicas - Capitalização	978.075	455.546	629.297	2.062.918
Débitos de Operações com Capitalização	17.828	-	-	17.828
Depósitos de Terceiros	2.294	-	-	2.294
Total de passivos	1.044.168	633.715	629.297	2.307.180

Ativos e passivos	31/12/2018			Total
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	
Caixa e Bancos	2.991	-	-	2.991
Equivalente de Caixa	29.370	-	-	29.370
Aplicações	1.538.395	541.661	-	2.080.056
Créditos das Operações de Capitalização	35.455	-	-	35.455
Títulos e Créditos a Receber	11.248	167.878	-	179.126
Total de ativos	1.617.459	709.539	-	2.326.998
Contas a Pagar	58.952	166.719	-	225.671
Provisões Técnicas - Capitalização	1.943.870	-	-	1.943.870
Débitos de Operações com Capitalização	14.719	-	-	14.719
Depósitos de Terceiros	6.902	-	-	6.902
Total de passivos	2.024.443	166.719	-	2.191.162

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem liquidez imediata e podem ser resgatados a qualquer momento. Desta forma a expectativa de exigibilidade e realização avaliadas com prazos distintos no *aging* não representa risco. **4.2.2. Risco Operacional:** O Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco Legal e *Compliance*. A gestão dos riscos operacionais é realizada em linha com o processo Gestão de Riscos Corporativos da Icatu Seguros com foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos. O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através da análise dos processos organizacionais e seus objetivos. Os riscos identificados são quantificados através de graduação de frequência específica gerando planos de ação caso necessário, sendo que a graduação de impacto é idêntica a utilizada para os demais riscos. A metodologia utilizada objetiva mensurar a exposição dos riscos operacionais

Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado:	31/12/2019		Valor contábil	Valor de mercado	Percentual das aplicações	Percentual de mercado das aplicações	
	Sem vencimento	Até 12 meses					
IPCA + 5,03%	-	167.898	23.991	191.889	8,93%	8,35%	
Notas do Tesouro Nacional - IPCA	-	-	34.683	30.074	64,75%	2,81%	
Notas do Tesouro Nacional - PRÉ	-	-	233.922	136.296	371.345	172,88%	16,16%
Letras Financeiras do Tesouro	-	1.127	-	-	11.556	0,54%	0,50%
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	220.635	10,26%	9,60%
Operações Compromissadas	-	40	3.824	13.717	17.581	0,82%	0,76%
Outros	-	-	-	-	72.055	3,35%	3,14%
Debêntures de Distribuição Pública	-	-	-	-	100.792	4,69%	4,39%
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos	-	-	-	-	229.858	10,69%	10,00%
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB	20.911	208.947	-	229.858	229.858	10,69%	10,00%
CDB - CDI	99,44%	10.168	162.421	-	172.589	8,03%	7,51%
CDB - SELIC	-	38.256	-	-	38.256	1,78%	1,66%
CDB - TR	-	10.743	8.270	-	19.013	0,88%	0,83%
Total	121.744	434.532	469.205	254.987	1.280.468	59,57%	55,71%

Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado - classificado como Equivalente de Caixa:	31/12/2019		Valor contábil	Valor de mercado	Percentual das aplicações	Percentual de mercado das aplicações
	Sem vencimento	Até 12 meses				
Operações Compromissadas	-	5.253	-	-	5,253	0,24%
Total	-	5.253	-	-	5.253	0,24%

II. Mantido Até o Vencimento:
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos

Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado - classificado como Equivalente de Caixa:	31/12/2018		Valor contábil	Valor de mercado	Percentual das aplicações	Percentual de mercado das aplicações
	Sem vencimento	Até 12 meses				
IPCA + 5,68%	-	-	424.008	424.008	573.070	19,72%
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	439.871	20,46%
Notas do Tesouro Nacional - PRÉ	-	-	-	-	863.879	40,19%
Total	-	-	863.879	863.879	1.012.469	44,06%
Total das Aplicações Financeiras	121.744	439.785	469.205	1.118.866	2.149.600	100,00%

Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado:	31/12/2019		Valor contábil	Valor de mercado	Percentual das aplicações	Percentual de mercado das aplicações
	Sem vencimento	Até 12 meses				
IPCA +	-	96.508	328.447	424.955	20,15%	19,77%
Notas do Tesouro Nacional - IPCA	-	-	-	1.864	1.864	0,09%
Notas do Tesouro Nacional - PRÉ	-	-	1.864	-	-	0,09%
Letras Financeiras do Tesouro	-	73.896	8.151	207.409	289.456	13,72%
Operações Compromissadas	-	197.953	-	-	197.953	9,38%
Outros	-	20	279	11.938	11.682	0,55%
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos	-	210.512	-	-	210.512	9,98%
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB	-	401.973	-	401.973	401.973	19,06%
CDB - CDI	-	254.175	-	-	254.175	12,05%
CDB - SELIC	-	38.049	-	-	38.049	1,80%
CDB - TR	-	109.749	-	-	109.749	5,20%
Total	210.532	770.053	350.400	207.409	1.538.395	72,93%

Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado - classificado como Equivalente de Caixa:	31/12/2018		Valor contábil	Valor de mercado	Percentual das aplicações	Percentual de mercado das aplicações
	Sem vencimento	Até 12 meses				
Operações Compromissadas	-	29.370	-	-	29.370	1,39%
Total	-	29.370	-	-	29.370	1,39%

II. Títulos Disponíveis para Venda:
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos

Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado - classificado como Equivalente de Caixa:	31/12/2018		Valor contábil	Valor de mercado	Percentual das aplicações	Percentual de mercado das aplicações
	Sem vencimento	Até 12 meses				
IPCA + 5,78%	-	-	132.904	132.904	132.904	6,30%
Notas do Tesouro Nacional - IPCA	-	-	-	-	132.904	6,30%
Total	-	-	132.904	132.904	132.904	6,30%

Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado - classificado como Equivalente de Caixa:	31/12/2018		Valor contábil	Valor de mercado	Percentual das aplicações	Percentual de mercado das aplicações
	Sem vencimento	Até 12 meses				
IPCA + 5,68%	-	-	408.757	408.757	448.735	19,38%
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	408.757	19,38%
Total	-	-	408.757	408.757	448.735	20,88%
Total das Aplicações Financeiras	210.532	799.424	483.304	616.166	2.109.426	100,00%

5.2. Movimentação dos Instrumentos Financeiros por Categorias

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantidos até o vencimento	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	1.494.679	606.151	-	2.100.830
(+) Aplicações	5.029.460	-	398.873	5.428.333
(-) Resgates	(5.066.195)	(493.994)	(8.274)	(5.568.463)
(+) Rendimentos	109.821	38.519	18.158	166.498
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	(17.772)	-	(17.772)
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	1.567.765	132.904	408.757	2.109.426
(+) Aplicações	4.743.604	-	437.478	5.181.082
(-) Resgates	(5.140.117)	(146.342)	(23.131)	(5.309.591)
(+) Rendimentos	114.469	20.279	40.775	175.524
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	(6.841)	-	(6.841)
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	1.285.721	-	863.879	2.149.600

5.3. Critérios Adotados na Determinação do Valor Justo: Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo: • Nível 1: preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: inputs de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:

	31/12/2019	Nível 01	Nível 02	Total
Notas do Tesouro Nacional	865.435	420.286	1.285.721	
Letras Financeiras do Tesouro	256.646	-	256.646	
Operações Compromissadas	371.345	-	371.345	
Certificados de Depósitos Bancários a Prazo - CDB	11.556	-	11.556	
Fundos de Investimento Não Exclusivos	225.888	-	225.888	
Futuros	-	229.858	229.858	
SWAP	-	72.055	72.055	
Outras Aplicações	-	100.792	100.792	
II. Mantido até o vencimento:	822.848	41.031	863.879	
Notas do Tesouro Nacional	822.848	41.031	863.879	
Total (I + II + III)	1.688.283	461.317	2.149.600	

I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:

	31/12/2019	Nível 01	Nível 02	Total
Notas do Tesouro Nacional	943.598	624.167	1.567.765	
Letras Financeiras do Tesouro	426.819	-	426.819	
Operações Compromissadas	289.456	-	289.456	
Certificados de Depósitos Bancários a Prazo - CDB	227.323	-	227.323	
Fundos de Investimento Não Exclusivos	-	401.973	401.973	
Outras Aplicações	-	210.512	210.512	
II. Títulos disponíveis para venda:	132.904	-	132.904	
Notas do Tesouro Nacional	132.904	-	132.904	
III. Mantido até o vencimento:	408.757	-	408.757	
Notas do Tesouro Nacional	408.757	-	408.757	
Total (I + II + III)	1.485.259	624.167	2.109.426	

5.4. Instrumentos Financeiros Derivativos: Todas as operações relacionadas a esses instrumentos são realizadas através de fundos de investimentos exclusivos e têm por objetivo a proteção da carteira à Taxa Referencial, que é principal fator de risco das provisões técnicas. O critério para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é a metodologia de fluxo de caixa descontado, utilizando-se as taxas divulgadas pela B3. Em 31/12/2019 e 31/12/2018, a Companhia possuía os seguintes instrumentos financeiros derivativos em fundos exclusivos para hedge de taxa pré-fixada, negociados na B3 e swap contratados em mercado de balcão organizado:

		31/12/2019		Exposição (notional) Total em R\$ mil	
Futuro	Posição	Venci-mento	Indexador de referência	Quantidade	Total em R\$ mil
D11	Comprado	abr/20	CDI	216	21.343
D11	Vendido	jul/20	CDI	372	36.392
D11	Comprado	out/20	CDI	211	20.426
D11	Comprado	jan/21	CDI	114	10.917
D11	Vendido	jul/21	CDI	11	1.026
D11	Comprado	out/21	CDI	144	13.206
D11	Comprado	jan/22	CDI	201	18.162
D11	Vendido	jan/22	CDI	72	6.465
D11	Vendido	jul/22	CDI	3	275
D11	Comprado	jan/23	CDI	358	30.280
D11	Vendido	jan/23	CDI	323	27.273
D11	Comprado	jul/23	CDI	522	42.603
D11	Comprado	jan/24	CDI	123	9.670
D11	Vendido	jan/24	CDI	340	26.797
D11	Comprado	jan/25	CDI	149	10.927
D11	Vendido	jan/26	CDI	250	17.014
D11	Comprado	jan/27	CDI	156	9.870
D11	Vendido	jan/28	CDI	24	1.439
D11	Comprado	jan/29	CDI	1	43

Data de Aquisição	Venci-mento	Indexador Passivo	Indexador Ativo	Valor Inicial em R\$ mil	Valor Ativo em R\$ mil	Valor Passivo em R\$ mil
31/mar/17	jun/20	TR	CDI	50.000	63.276	59.155
31/mar/17	jun/21	TR	CDI	50.000	66.948	59.155
31/mar/17	jun/22	TR	CDI	50.000	65.083	59.155

		31/12/2018		Exposição (notional) Total em R\$ mil	
Futuro	Posição	Venci-mento	Indexador de referência	Quantidade	Total em R\$ mil
D11	Comprado	jan/19	CDI	500	49.975
D11	Comprado	jan/21	CDI	600	52.026

Data de Aquisição	Venci-mento	Indexador Passivo	Indexador Ativo	Valor Inicial em R\$ mil	Valor Ativo em R\$ mil	Valor Passivo em R\$ mil	Apro-riação Acumulada em R\$ mil
31/mar/17	jun/20	TR	CDI	50.000	59.272	55.823	3.449
31/mar/17	jun/21	TR	CDI	50.000	59.938	55.823	4.115
31/mar/17	jun/22	TR	CDI	50.000	60.202	55.823	4.379

6. OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS

Registra os pagamentos das obrigações operacionais, ainda não reportados pelas instituições financeiras no valor de R\$ 26.711 em 31/12/2019 (R\$ 29.159 em 31/12/2018). Os valores são liquidados nos meses subsequentes ao registro da emissão, mediante retorno bancário.

7. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Os Impostos a recuperar são compostos da seguinte forma:

Ativo - Circulante		2019	2018
Impostos a recuperar		7.589	7.530
Imposto de Renda		1.429	1.429
Contribuição Social		1.373	1.373
COFINS		245	245
Outros		51	51
Total de Créditos Fiscais		10.687	10.628

b) Tributos diferidos: Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo originados exclusivamente de adições temporárias. A seguir, a composição das diferenças temporárias:

Diferenças Temporárias		31/12/2019	31/12/2018
Imposto de Renda/Contribuição Social		-	(6.841)
Ajuste TVM - Títulos disponíveis para Venda		2.289	2.573
Provisão de títulos a pagar - Prescrição		1.147	1.688
Contingências Trabalhistas		1.473	991
Contingências Cíveis		300	546
Contingências Fiscais		372	345
INSS s/aviso prévio - Exig.Suspensa		1.320	1.320
Redução a valor recuperável		6.557	5.032
Outras Provisões		5.778	5.592
Fundo de Marketing		(49.653)	(42.750)
Atualização Depósito Judicial		26.001	17.370
Participação nos Lucros e Resultados		28.804	26.103
COFINS Exigibilidade Suspensa		6.115	5.627
PIS Exigibilidade Suspensa		30.503	17.596
Total das Provisões temporárias		7.625	4.399
Alíquota aplicada - IRPJ - 25%		4.576	2.640
Alíquota aplicada - CSLL - 15%		12.201	7.039

Os ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são compensados de acordo com o CPC 32. Apresentamos abaixo quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição, sendo divulgados no ativo não circulante, na rubrica "Créditos tributários e previdenciários".

Ativo - Não Circulante

	31/12/2017	Constituição	Realização/ Reversão	31/12/2018	Constituição	Realização/ Reversão	31/12/2019
Imposto de Renda Diferido	6.524	9.332	(9.747)	6.109	10.744	(9.228)	7.625
Diferenças Temporárias	6.524	9.332	(9.747)	6.109	10.744	(9.228)	7.625
Contribuição Social Diferida	5.411	10.416	(12.161)	3.666	6.447	(5.537)	4.576
Diferenças Temporárias	5.411	10.416	(12.161)	3.666	6.447	(5.537)	4.576
Total de Créditos Fiscais Diferidos	11.935	19.748	(21.908)	9.775	17.191	(14.765)	12.201
Passivo - Não Circulante	6.153	57.111	(61.554)	1.710	20.717	(22.427)	-
Imposto de Renda Diferido	6.153	57.111	(61.554)	1.710	20.717	(22.427)	-
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	6.153	57.111	(61.554)	1.710	20.717	(22.427)	-
Contribuição Social Diferida	3.692	34.267	(36.933)	1.026	12.430	(13.456)	-
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	3.692	34.267	(36.933)	1.026	12.430	(13.456)	-
Total de Débitos Fiscais Diferidos	9.845	91.378	(98.487)	2.736	33.147	(35.883)	-
Total de Créditos e Débitos Diferidos	2.090	(71.630)	76.579	7.039	(15.956)	21.118	12.201

Conforme Circular Susep nº 517/15 e alterações posteriores, a Companhia realizou estudo aprovado pela Administração indicando a apuração de lucros tributáveis nos próximos 10 anos para os créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e/ou base negativa. A seguir, a composição da expectativa de realização dos créditos tributários diferidos decorrentes de diferenças temporárias:

Diferenças Temporárias - 2019 a 2029		
2019*	12.907	0%
2020	1.221	10%
2021	1.220	10%
2022	1.220	10%
2023	1.220	10%
2024	1.220	10%
2025	1.220	10%
2026	1.220	10%
2027	1.220	10%
2028	1.220	10%
2029	1.220	10%
Total geral	12.201	100%

(* 2019 não compõe o total das diferenças temporárias)

8. INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização	2018	Adições	Baixas	Amortização	2019
Desenvolvidos Internamente	4.060	4.931	(1.673)	(520)	6.798	
Marcas e patentes	0%	111	-	-	111	
Sistemas de computação	20%	3.949	4.931	(1.673)	(520)	6.687
Adquiridos de Terceiros	18.810	-	-	(3.552)	15.258	
Sistemas aplicados	20%	2.467	-	-	(1.144)	1.323
Balcão de vendas (a)	-	16.343	-	-	(2.408)	13.935
Total	22.870	4.931	(1.673)	(4.072)	22.056	

	Taxa anual de amortização	2017	Adições	Amortização	2018
Desenvolvidos Internamente	2.058	2.475	(473)	4.060	
Marcas e patentes	0%	111	-	111	
Sistemas de computação	20%	1.947	2.475	(473)	3.949
Adquiridos de Terceiros	22.362	-	-	(3.552)	18.810
Sistemas aplicados	20%	3.611	-	(1.144)	2.467
Balcão de Vendas (a)	-	18.751	-	(2.408)	16.343
Total	24.420	2.475	(4.025)	22.870	

(a) Balcão de venda registra o valor pago pela compra do direito de comercialização em caráter de exclusividade, de produtos de seguros de pessoas, previdência e capitalização nos canais de distribuição de Parceiras. Amortizado pela taxa fiscal, no qual o prazo de vigência do contrato é de 20 anos.

9. OBRIGAÇÕES A PAGAR

O passivo circulante e não circulante tem como finalidade registrar obrigações com vencimento dentro de 12 meses seguintes à data das Demonstrações, compostas da seguinte forma:

	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores a pagar	541	391
Juros s/ capital próprio a pagar	-	10.030
Participações nos lucros a pagar	35.170	29.724
Obrigações transitórias - Resgates e sorteios	817	8.462
Rateio de despesas administrativas a pagar	11.989	9.210
Outras obrigações	8.607	9.651
Total	57.124	67.468

10. DÉBITO DAS OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO

	31/12/2019	31/12/2018
Excedente financeiro	6.819	7.967
Comissões e pró-labore a pagar	10.576	6.630
Outros débitos	433	122
Total	17.828	14.719

11. DEPÓSITO DE TERCEIROS

	31/12/2019	31/12/2018
1 até 30 dias	49	4.363
31 até 60 dias	108	965
61 até 120 dias	439	220
121 até 180 dias	30</	

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a) **Capital Social:** O capital social subscrito e integralizado de R\$ 86.484 (R\$ 86.484 em 31/12/2018) representado por 417.994.227 ações sem valor nominal, sendo 376.127.276 ações ordinárias e 41.866.951 ações preferenciais. As ações preferenciais não possuem direito de voto, mas têm direito a dividendo mínimo de 1% incidente sobre o capital social representado pelas ações preferenciais e possuem prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, com base na parcela do preço de emissão destinada à conta capital. b) **Reservas de Lucros:** As reservas de lucros de R\$ 18.129 (R\$ 94.189 em 31/12/2018) são compostas por: Reserva Legal de R\$ 17.297 (R\$ 17.297 em 31/12/2018) que é constituída ao final do exercício social com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e será constituída pela Companhia até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei nº 6.404/76. Reserva Estatutária em 31/12/2018 de R\$ 832 que é constituída ao final do exercício social por até 100% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais. c) **Dividendos Mínimos Obrigatórios:** O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Em 2019, a Companhia distribuiu seus resultados antecipadamente através dos dividendos intermediários no valor de R\$ 31.300 (R\$ 34.714 em 31/12/2018), atendendo o limite estabelecido por lei. d) **Ajuste de Avaliação Patrimonial:** A rubrica "Ajuste de Avaliação Patrimonial" registra os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, relativos a títulos próprios e de suas controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários que são registrados no ativo não circulante, na rubrica de créditos tributários. O saldo registrado no Patrimônio Líquido é R\$ (4) (R\$ 4.100 em 31/12/2018). e) **Patrimônio Líquido Ajustado - PLA e exigência de capital:** A Resolução CNSP nº

321, de 15 de julho de 2015 e suas alterações, prevê que o capital mínimo requerido que a sociedade supervisionada deverá manter a qualquer tempo para operar deve ser o maior entre capital base e o capital de risco.

	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio Líquido	104.609	184.773
Ajustes contábeis	(15.089)	(14.699)
Ativo Intangível	(22.057)	(22.870)
Ajuste Contábil - 50 % Ativos intangíveis ponto de venda CMR (+)	6.968	8.171
Ajustes associados à variação dos valores econômicos:	202.617	64.806
Ativos financeiros na Cat. mantidos até o vencimento	89.809	22.387
Superávit entre prov. exatas const. e fluxo real. soc.	112.808	42.419
capitalização (+)	292.137	234.880
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	10.800	10.800
Capital Base (CB) (a)	29.247	25.245
Capital de Risco de Crédito	9.951	13.425
Capital de Risco de Subscrição	134.367	59.455
Capital de Risco - Mercado	(25.466)	(21.699)
Capital de Risco - Redução por correlação	4.592	4.684
Capital de Risco - Operacional	152.691	81.110
Capital Mínimo Requerido - CMR maior entre (a) e (b)	152.691	81.110
Patrimônio Líquido Ajustado (-) Exigência de capital - EC	292.137	234.880
Suficiência de capital - R\$	139.446	153.770
Suficiência de capital (% da EC)	191%	290%

	31/12/2019	31/12/2018
f) Despesas com Tributos		
COFINS	(12.517)	(14.126)
PIS	(2.082)	(2.347)
Taxa de Fiscalização	(1.278)	(1.278)
Outras Despesas com Tributos	(645)	(74)
	(16.522)	(17.825)

	31/12/2019	31/12/2018
g) Resultado Financeiro		
Categoria - Disponível para Venda	20.279	38.519
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	20.279	38.519
Categoria - Mantido Até o Vencimento	40.775	18.158
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	40.775	18.158
Categoria - Valor Justo por meio do Resultado	119.359	179.816
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	92.302	123.406
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos	-	25.269
Títulos de Renda Fixa	20.116	23.126
Outras Receitas Financeiras	6.941	8.015
Receitas Financeiras	180.413	236.493
Categoria - Valor Justo por meio do Resultado		
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	2.054	(61.980)
Atualização Monetária sobre Provisões Técnicas - Capitalização	(88.224)	(77.545)
Outras Despesas Financeiras	(1.854)	(1.680)
Despesas Financeiras	(88.024)	(141.205)
	92.389	95.288

20. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	31/12/2019		31/12/2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos Impostos e Participações	32.901	112.337	112.337	112.337
Participações nos Lucros e Resultados	(8.037)	(8.037)	(11.635)	(11.635)
Resultado antes dos Impostos	24.864	24.864	100.702	100.702
Equivalência Patrimonial	908	908	(357)	(357)
ADIÇÕES	31.282	31.282	37.752	37.752
Adição Permanente	578	578	568	568
Doações e Patrocínios Indedutíveis	243	243	1.714	1.714
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	3.292	3.292	3.570	3.570
Outras Provisões	15.944	15.944	14.517	14.517
Participações nos Lucros e Resultados	8.037	8.037	11.635	11.635
Tributos e Contribuições com Exigibilidade Suspensa	3.188	3.188	5.748	5.748
EXCLUSÕES	(34.422)	(33.199)	(48.930)	(48.930)
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(3.570)	(3.570)	(4.346)	(4.346)
Outras Provisões	(15.740)	(14.517)	(12.682)	(12.682)
Tributos e Contribuições em Quest. Judicial	(6.903)	(6.903)	(7.374)	(7.374)
Participações nos Lucros e Resultados	(8.209)	(8.209)	(12.728)	(12.728)
Juros sobre Capital Próprio	-	-	(11.800)	(11.800)
Resultado Ajustado	21.724	22.947	89.167	89.167
15% + 10%	15% + 10%	15% + 10%	15% + 5%	15% + 5%
Alíquotas Oficiais	(5.114)	(3.442)	(20.572)	(17.833)
Despesas com IRPJ/CSLL				
Reversão da Provisão de Créditos Tributários	1.516	910	(415)	(1.746)
Atualização Processo Judicial CSLL	-	(5.294)	-	(5.324)
Despesas com IRPJ/CSLL	(3.598)	(7.826)	(20.987)	(24.903)
Alíquota Efetiva - Resultado Antes dos Impostos	14%	31%	21%	25%

Com o fim da vigência da Lei Nº 13.169 em 31/12/2018, passará a vigorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL de 20% para 15% a partir de 01/01/2019.

21. FATO RELEVANTE: A Companhia firmou o contrato de cessão e transferência em 13/05/2019, adquirindo integralmente a carteira de títulos de capitalização junto à Sul América Capitalização S.A. - ("Sulacap"). A conclusão das operações é condicionada ao cumprimento de determinadas condições precedentes, usuais neste tipo de negócio, incluindo a aprovação prévia do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) que ocorreu em 28 de junho de 2019 e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP que ocorreu através da Portaria SUSEP/DIR3 nº 5, de 16 de agosto de 2019 e publicado no DO em 28 de agosto de 2019. A transferência de carteira será concluída em fevereiro de 2020 e a Companhia passará a ocupar a 5ª posição no ranking de faturamento de empresas de capitalização no país.

22. COMITÊ DE AUDITORIA: Em atendimento à Resolução CNSP nº 321/15 e alterações posteriores, a Companhia aderiu ao Comitê de Auditoria Único instituído pelo grupo Icatu Seguros, por intermédio da instituição líder Icatu Seguros. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as Demonstrações Financeiras de 31/12/2019 da Icatu Seguros.

Partes relacionadas	Passivo		Receitas		Despesas	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Icatu Seguros S.A. (Controladora) (a)(b)(c)	(22.627)	(28.505)	71.030	83.163	(145.244)	(114.959)
Icatu Fundo Multipatrocínio - FMP (coligada) (d)	-	-	-	-	(1.437)	(1.149)
Icatu Vanguarda Gestão Recursos (b)	(72)	(85)	-	-	(1.122)	-
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais (Ligada) (b)	(71)	(14)	-	-	(123)	(383)
Rio Grande Seguros e Previdência S.A. (Ligada) (a)	-	(1.347)	86.635	27.344	(76.154)	(20.508)
Itumbiara Participações Ltda (Ligada) (b)	(20)	(28)	-	-	(505)	(279)
Administradores (Outros) (c)	-	-	-	-	(1.899)	(2.956)
Total	(22.790)	(29.979)	157.665	110.507	(226.484)	(140.234)

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir:

(a) Venda de títulos de capitalização. Os títulos são de pagamento único e vigência mensal. Seu preço é determinado de acordo com notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer aos clientes da Icatu Seguros e da Rio Grande Seguros e Previdência uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido ao segurado pela Icatu Seguros. O registro contábil, em contas de resultado, tem seu efeito líquido registrado no grupo de operações de capitalização. Reembolsos de custos administrativos - Referem-se a rateio de despesas comuns entre as sociedades do grupo Icatu Seguros e são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes. (b) Reembolsos de custos administrativos - Referem-se a rateio de despesas comuns entre as sociedades do grupo Icatu Seguros e são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes. (c) Na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global da remuneração dos Administradores conforme determina o Estatuto Social, a ser rateado entre seus membros, registrado na rubrica "Despesas Administrativas", referentes à remuneração e benefícios de curto e longo prazo. (d) Contribuições ao Icatu FMP, entidade de previdência complementar fechada, relativas ao plano de aposentadoria de contribuição variável, parcialmente patrocinado pela empresa, destinado a proporcionar complementação previdenciária aos seus funcionários.

17. CARREGAMENTO: Os principais produtos comercializados pela Companhia, de acordo com as notas técnicas aprovadas pela SUSEP, possuem as seguintes taxas de carregamento:

Produto	Processo	Carregamento	% de Juros	Taxa de Correção	Índice de Correção
PM910T3	15414.004504/2009-51	15,79%	0,5% a.m.		TR
PM102T7	15414.002015/2011-89	16,99%	0,5% a.m.		TR
PM171T	15414.901248/2013-28	11,09%	0,5% a.m.		TR
PM780T1	15414.003668/2008-80	5,24%	0,5% a.m.		TR
PM226T	15414.901024/2014-05	8,74%	0,5% a.m.		TR

18. COMERCIALIZAÇÃO: O índice de comercialização está representado por modalidade de pagamento, da seguinte forma:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA	
Presidente: Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga.		Diretor Presidente: Luciano Snel Corrêa	
Conselheiros: Luis Antonio Nabuco de Almeida Braga, Luciano Soares, Marcos Pessoa de Queiroz Fluxão.		Diretores: Alexandre Petrone Vilardi, Cesar Luiz Salazar Saut, Mário José Gonzaga Petrelli.	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Icatu Capitalização S.A.
Rio de Janeiro - RJ.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Icatu Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Icatu Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores
A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de

outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Icatu Capitalização S.A.
Rio de Janeiro - RJ.

Escopo da auditoria
Examinamos as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência da Icatu Capitalização S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2019, exceto pelo componente "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R\$292.137 (em 31 de dezembro de 2019), descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração
A Administração da Icatu Capitalização S.A. é responsável pelas provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência, exceto pelo componente "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R\$292.137 (em 31 de dezembro de 2019), com base

em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e a elaboração das provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Icatu Capitalização S.A..

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência, exceto pelo componente "patrimônio líquido ajustado" uti-

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a Governança e Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 18 de Fevereiro de 2020.

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ.

José Claudio Costa

Contador CRC 1SP167720/O-1

lizado de R\$292.137 (em 31 de dezembro de 2019), anteriormente referidos da Companhia, em 31 de dezembro de 2019, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP.

Outros assuntos
No contexto de nossas responsabilidades anteriormente descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Formulários de Informações Periódicas, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2020.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Consultores Ltda

CNPJ: 02.189.924/0001-03

CIBA 45

Dinarte Ferreira Bonetti